

INFÂNCIA QUILOMBOLA E SABERES ANCESTRAIS: MEMÓRIAS DE CUIDADO E RESISTÊNCIA NO QUILOMBO JOÃO SURÁ

QUILOMBOLA CHILDHOOD AND ANCESTRAL KNOWLEDGE

Carla Fernanda Galvão Pereira¹

Carolina dos Anjos Borba²

Resumo

Este artigo propõe uma análise das práticas tradicionais de cuidado com a infância no Quilombo João Surá, localizado no Paraná, a partir de memórias pessoais e entrevistas com anciões da comunidade. Com base em uma abordagem qualitativa e etnográfica, investigam-se os saberes populares transmitidos oralmente por benzedeiros, curandeiros e lideranças quilombolas, que, diante da ausência histórica do Estado, assumiram o protagonismo no cuidado com a saúde infantil por meio de ervas medicinais e rituais de proteção. O trabalho ancora-se nos referenciais teóricos da pedagogia da ancestralidade, da educação do campo e da saúde popular para evidenciar como essas práticas constituem formas de resistência, pedagogias do cuidado e estratégias de sobrevivência coletiva. Destaca-se o papel das mulheres e da oralidade na perpetuação desses conhecimentos, demonstrando que tais saberes integram um sistema educativo profundo, articulado à relação com o território e à memória ancestral.

Palavras-chave: Quilombos; Saúde popular; Ancestralidade; Ervas medicinais.

¹**Dossiê: Artigo Original:** Recebido em 15/06/2025 – Aprovado em 27/11/2025 – Publicado em: 19/12/2025 (previsão) Doutoranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Curitiba, Paraná, Brasil. e-mail: quilombolacarla@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6673-3109>

² Doutora em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil. e-mail: carolzinhadosanjos@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3690-9411>

Abstract

This article explores child care practices in the João Surá Quilombo, with a focus on ancestral knowledge orally transmitted by elders and quilombola leaders. Drawing from a personal childhood memory and interviews with community members, it discusses the role of medicinal herbs, traditional healers (benzedores), and women as guardians of traditional knowledge. The research highlights how, in contexts of state neglect, ancestral practices become forms of resistance and ensure children's survival. Additionally, it reflects on educational processes that occur outside of formal schooling, rooted in ancestry, oral tradition, and the community's connection to its territory.

Keywords: *Quilombos; Medicinal herbs; Orality; Resistance.*

1 Introdução

A infância quilombola é marcada por uma teia complexa de relações entre território, memória, espiritualidade e práticas comunitárias de cuidado. No Quilombo João Surá, localizado no Vale do Ribeira paranaense, os saberes sobre ervas medicinais e os modos tradicionais de cuidar das crianças se constituem como expressões vivas da ancestralidade e da resistência frente às violências históricas impostas pelo racismo ambiental e pelas políticas de negação de direitos. Neste contexto, compreender a infância exige deslocar o olhar para além das categorias ocidentais e hegemônicas, valorizando os conhecimentos produzidos nos próprios territórios quilombolas e suas formas singulares de educação, proteção e cura.

A pesquisa parte do reconhecimento da riqueza epistêmica presente nas práticas das mulheres anciãs do quilombo, que por meio da oralidade, do uso de plantas medicinais e dos rituais cotidianos, transmitem às novas gerações saberes ancestrais profundamente conectados ao território. Esses saberes, muitas vezes desconsiderados pelas ciências formais, encontram respaldo nas contribuições de autores e autoras que defendem a legitimidade das epistemologias construídas fora dos espaços hegemônicos de produção do conhecimento.

Segundo Bispo dos Santos (2015), os quilombolas constroem seus próprios "trancos de saberes" a partir da interação entre o território, a ancestralidade e a experiência coletiva. Ele afirma que "a re-existência é um projeto político, cultural e civilizatório em que os povos do campo, das águas e das florestas se afirmam a partir de suas próprias formas de ser, saber e fazer" (Bispo dos Santos, 2015, p. 40).

Nessa mesma direção, Paulo Freire (1996) propõe uma pedagogia que valoriza os saberes populares e o diálogo entre educadores e educandos. Para ele, "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção"

(Freire, 1996, p. 47), o que implica reconhecer o valor dos conhecimentos comunitários e ancestrais no processo de formação das crianças quilombolas.

Roseli Caldart (2004) defende que a Educação do Campo deve estar comprometida com os modos de vida dos povos que vivem no e do campo. Para a autora, "a escola precisa dialogar com o território, reconhecendo-o como espaço de produção de saberes e identidade" (caldart, 2004, p. 68), o que se conecta diretamente às práticas educativas presentes nos cuidados tradicionais com a infância quilombola.

A partir de uma perspectiva latino-americana e insurgente, Catherine Walsh (2009) defende a valorização das “epistemologias outras”, construídas por sujeitos e coletividades que foram historicamente silenciados. Para a autora, trata-se de “epistemologias enraizadas na vida, nas lutas e nas espiritualidades dos povos, que desafiam os paradigmas da modernidade ocidental” (Walsh, 2009, p. 19).

Complementarmente, a Teoria da Complexidade de Edgar Morin (2002) contribui para compreender a infância quilombola em sua totalidade, articulando dimensões biológicas, culturais, espirituais, afetivas e ecológicas. Como afirma o autor, “a complexidade é a tecitura de inseparabilidades” (Morin, 2002, p. 34), o que exige abordagens que integrem os diversos saberes que constituem o cuidado tradicional com a infância.

Com base nesses referenciais, a pesquisa que ora se apresenta propõe uma escuta atenta às memórias de cuidado narradas por mulheres quilombolas, com o objetivo de compreender como os saberes ancestrais moldam a experiência da infância e se constituem como práticas de resistência no território do Quilombo João Surá.

Este artigo nasce de uma memória pessoal vivida na infância, quando, após diversos tratamentos médicos ineficazes, a cura de uma doença de pele foi alcançada por meio de um benzimento e do uso de ervas tradicionais, num processo guiado por anciões da comunidade e por práticas ancestrais. A partir desta experiência, e com base em entrevistas realizadas com lideranças quilombolas e guardiões de saberes do território, buscou-se compreender como os processos educativos e os saberes tradicionais contribuem para o cuidado das crianças e a construção de uma infância quilombola resistente.

Nosso objetivo é analisar, sob a perspectiva da educação do campo e das epistemologias do sul, como os saberes populares e a memória coletiva estruturam uma pedagogia do cuidado que resiste à colonialidade do saber e do ser (Quijano, 2005; Santos, 2010). Para isso, damos

centralidade à oralidade, à transmissão intergeracional dos saberes e à relação com o território como elementos estruturantes das práticas de cuidado no quilombo.

Além disso, problematizamos a ausência histórica de políticas públicas adequadas para esses territórios e a maneira como as comunidades desenvolveram formas autônomas e solidárias de garantir a saúde e a vida das suas crianças. A análise aqui proposta busca contribuir para a valorização e visibilidade dos saberes quilombolas como patrimônio imaterial e estratégico para as lutas contemporâneas por reconhecimento e justiça social.

2 Metodologia

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com ênfase na escuta de memórias, práticas e saberes tradicionais relacionados *aos cuidados infantis no Quilombo João Surá*. O estudo foi realizado por meio de um trabalho de campo baseado na convivência e no diálogo com os moradores da comunidade, priorizando os relatos orais de anciãos, benzedores, curandeiras e lideranças locais.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, rodas de conversa e observações participantes, registradas em diário de campo, gravações de áudio e fotografias, respeitando os princípios éticos da pesquisa social e o consentimento livre e esclarecido dos participantes. A escolha por métodos que valorizam a oralidade e o vínculo afetivo se justifica pela centralidade desses elementos nas formas de transmissão de conhecimento no contexto quilombola.

A pesquisadora, por pertencer à comunidade, assumiu uma postura de escuta comprometida, onde o envolvimento pessoal não compromete a análise, mas sim fortalece a compreensão situada das experiências compartilhadas. Esse posicionamento metodológico busca romper com distanciamentos artificiais e reconhecer a legitimidade dos saberes locais, promovendo uma produção de conhecimento comprometida com a realidade da comunidade.

Os dados foram organizados a partir da análise temática (Braun; Clarke, 2006), com categorias construídas com base nas narrativas sobre cuidados com a infância, uso de ervas medicinais, papel dos mais velhos, e estratégias de sobrevivência em contextos de ausência do Estado. A triangulação entre os relatos orais, o diário de campo e os registros fotográficos permitiu uma análise mais aprofundada sobre as práticas e significados do cuidado comunitário com as crianças.

A metodologia da pesquisa também se inspira nos princípios da Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais, que reconhece os territórios como espaços vivos de saberes, práticas de resistência e organização comunitária.

3 Resultados e discussão

Os resultados deste estudo revelam que a infância quilombola no território de João Surá é marcada por práticas ancestrais de cuidado profundamente enraizadas na oralidade e na relação com a natureza. Em um contexto de ausência histórica de políticas públicas essenciais, como saúde e saneamento básico, a comunidade desenvolveu formas próprias de proteção à infância, a partir do uso de ervas medicinais e dos saberes transmitidos entre as gerações.

Os relatos de anciãos como o Sr. João Martins, de 60 anos, e as senhoras Delfina e Dalila, com mais de 80 anos, evidenciam que o cuidado com as crianças era e continua sendo uma responsabilidade coletiva, exercida especialmente pelas mulheres, curandeiras e benzedores. As práticas de cura envolviam a preparação de chás, garrafadas, banhos e benzimentos, sempre considerando o ciclo da lua, a idade da criança e a época do ano.

Espécies como hortelã, carqueja, erva-doce, quina, poejo, arruda, guiné e até partes de animais, como o chifre bovino, são mencionadas como elementos fundamentais para o tratamento de doenças infantis como diarreia, lombrigas, gripes e sustos.

Durante o processo de entrevistas, os mais velhos compartilharam memórias de sua infância, revelando como sobreviveram em um tempo em que não havia médicos nem acesso à educação formal na região. Muitos relatos chamaram minha atenção, especialmente os que envolvem o uso de ervas medicinais. Era comum que os anciãos narrassem ter aprendido sobre as plantas com suas mães, pais e avós. Ainda que não tenham passado por um processo de letramento formal, a oralidade emergiu como um dos principais dispositivos de transmissão dos saberes relacionados ao cuidado com a infância.

O objetivo aqui não é avaliar os princípios ativos das plantas ou comprovar cientificamente sua eficácia, mas compreender como, por meio da ancestralidade, os recursos do território foram fundamentais para o desenvolvimento das crianças, desde o nascimento até as fases posteriores da vida. Trata-se de reconhecer os saberes transmitidos pela oralidade como

processos educativos legítimos, que integram práticas de cuidado enraizadas no cotidiano das famílias quilombolas.

Entende-se que, no âmbito familiar, o adulto — especialmente as mulheres — assume a responsabilidade pela saúde, educação e bem-estar das crianças. No contexto quilombola, isso inclui também a transmissão de práticas de resistência e pertencimento ao território. Por isso, a ancestralidade é destacada: ao lembrar e respeitar os antepassados, honramos aqueles e aquelas que nos ensinaram, desde a infância, a valorizar os modos de vida que sustentaram a comunidade por gerações. O respeito se manifesta no reconhecimento do tempo e da sabedoria que dedicaram à formação das crianças, ajudando-as a compreender o território como lugar de vida e resistência.

As entrevistas também evidenciaram o quanto a comunidade desenvolve estratégias próprias de cuidado e sobrevivência. Há cerca de 50 anos, o acesso a serviços de saúde e educação era inexistente. Nesse contexto, os quilombolas precisaram se organizar coletivamente para garantir a continuidade da vida.

As memórias compartilhadas revelam que os cuidados infantis eram, e muitas vezes ainda são, sustentados pelo uso de ervas medicinais. As mulheres, em especial, são as guardiãs desses conhecimentos, fundamentais no momento do parto e nos cuidados com a criança nos primeiros anos de vida. Quando o nascimento se aproxima, elas sabem como agir para proteger e apoiar tanto a mãe quanto o bebê.

Um exemplo significativo é o do senhor João Martins de Andrade, trabalhador no Parque das Lauráceas, profundo conhecedor do território. Ele reconhece com facilidade as ervas medicinais e, por meio da oralidade, identifica aquelas usadas tradicionalmente para cuidar da saúde das crianças. Seu saber é parte viva dessa herança coletiva, que se mantém ativa mesmo diante das transformações do tempo.

Sr. João Martins: Então a carqueja é bom para cozinhar e lavar a perna da criança quando está assim andando. Isso tem aqui, tem tanto aqui na comunidade, também onde trabalho, tem lá subindo a serra. O alho assado é bom para criança que está com problema de gripe. Às vezes, até mesmo a criança está com outros tipos de doença. Que é problema do antigo a falta de ar, né? Dá para dar o alho para criança. Nós queimávamos antigamente o alho no fogo para dar quando as crianças estavam assustadas também. Queimava lá no prato, botava água e dava para beber. Também é para dor de barriga. Pega ele, torra ele no fogo e bota na água; e dá para criança beber. Outro remédio para criança também é a erva-doce. São tudo remédios para criança. Quando a criança está lombrigada, passava no melado. A quina é para tirar a gripe da criança, vai aliviar... outro também mais forte, é o de hortelã. De criança, também a mãe cozinava a hortelã com a rapadura e dava para nós comermos, isso quando estávamos com as lombrigas. (João Martins de Andrade Pereira, 60 anos, 2023).

A carqueja, alho, quina, hortelã e erva-doce são reconhecidas como ervas de uso infantil na comunidade, principalmente por sua ação no combate aos parasitas intestinais — chamados popularmente de “lombrigas” — que acometiam com frequência as crianças. Essas plantas permanecem na memória coletiva como recursos fundamentais em um contexto marcado pela ausência histórica, e ainda atual, de saneamento básico. Diante da precariedade das políticas públicas de saúde, as famílias recorriam (e ainda recorrem) às práticas tradicionais: o uso de ervas medicinais aliado aos saberes dos benzedores e curandeiros.

A senhora Delfina, com 84 anos, é atualmente a mulher mais idosa do Quilombo João Surá. Ela conta que só foi atendida por um médico pela primeira vez quando já era casada, por volta dos 20 anos. Em seu relato, descreve os cuidados com as crianças na comunidade e destaca a importância dos curandeiros e benzedoras como figuras centrais na cura das doenças infantis. Seus relatos também revelam um passado marcado por altos índices de mortalidade infantil, reforçando o papel essencial das práticas de cuidado comunitário e da medicina ancestral como formas de resistência e sobrevivência.

Sra. Delfina de Matos: Morria criança, assim do nada. Eu mesma tenho duas crianças mortas, casal de filhos meus. A menina mais velha que é a tia, mas é mais velha, tem de ser assim... essa foi a primeira que tive. Deu uma diarreia na criança e vômito. Mas não teve remédio que curasse. Nessa época era um curador, por nome de João Cardoso. A criança que ele podia curar, ela curava mesmo. As ervas que ele fazia... mas tinha de morrer mesmo quando não tinha recurso, tinha dia que fazia remédio a noite inteira para essas crianças. Puxada de pé, de tudo quanto é coisa. Eu fazia na perna da criança, mas a bicha estava demais, subiu para forro, que eles diziam sabe? Diz que se as bichas subirem do forro da criança, daí a criança não tem como sobreviver. É complicado. Carla do céu! As coisas de antigamente eram muito difíceis. [...] Também as crianças que tinham de sobreviver, era o velho Cardoso... ele dava o remédio e curava. E ele fez muito remédio. Eu mesma tenho foto. Nós somos sete irmãos, mas de nós, nos criamos só três, quatro crianças. Nós éramos em sete, morreu quatro irmãozinhos meus, tudo pequeno. A menina que estava com oito anos, essa morreu de sarampo. Agora os outros três que morreram, eu não sei do que deu, nem dos primeiros irmãos, né? Foram os primeiros irmãos meus que ficaram doentes e não dava tempo de nada, já morria. Já morria. E a minha irmã que é após de mim, veio ela. Daí, ela deu sarampo depois que ela estava com oito anos, já deu sarampo. Aí recolheu o sarampo, não estourou no corpo. A menina veio. Foi de uma noite para outra, de dia ela morreu. (Delfina de Matos, 84 anos, 2023).

A Sra. Dalila tem 83 anos, é nascida no Quilombo de Porto Velho e é conhecida pelos moradores dos quilombos como benzedora de crianças. Atualmente ela mora na Praia do Peixe, próximo ao Quilombo de João Surá, e ainda hoje ajuda crianças de diversas comunidades com seus benzimentos e receitas com ervas medicinais.

Dalila: Puxa pé, faz com mel... quando a criança está assustada, minha mãe fazia assim, quando meus irmãos se assustavam, ela pegava um pouquinho de pólvora preta,

ponhava em uma caneca, nessas canequinhas de frangate, caneca de vidro é perigoso quebrar, pegava e levava a criança perto ali e pegava a brasa e ponhava naquele pouquinho de pólvora, e aquela pólvora explodia ali, fazia fuuuu! Disque é bom né, e aí ela fazia o chazinho da hortelã, com poejo, com erva-de-santa-maria, misturava na pólvora e dava para a criança beber, para susto né?!

A hegemonia da medicina tradicional ocidental, centrada no tratamento de doenças com base científica e farmacológica, tem contribuído para a desvalorização dos saberes populares sobre ervas medicinais, o que leva, progressivamente, à sua invisibilização e esquecimento. Muitas dessas ervas, antes amplamente utilizadas no cotidiano das comunidades, tornaram-se escassas, especialmente aquelas que crescem em matas virgens e exigem condições ambientais específicas. Com a desterritorialização provocada por políticas de conservação ambiental — como a criação de unidades de conservação, a exemplo do Parque das Lauráceas —, o acesso a esses espaços naturais foi restringido por legislações que desconsideram o modo de vida tradicional e os usos ancestrais do território.

Diferentemente de uma interpretação homogênea, a Questão Agrária dos quilombos no Brasil é marcada por trajetórias e conflitos específicos — como demonstram Alcântara (MA), Paiol de Telha (PR) e a Família Xavier (PR) — que definem, em cada caso, as possibilidades de permanência territorial e reprodução sociocultural do grupo. No Vale do Ribeira, esse processo foi profundamente impactado pela criação de unidades de conservação de proteção integral, especialmente o Parque Estadual das Lauráceas, instituído conforme as diretrizes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, Lei n.º 9.985/2000). Ao enquadrar o território tradicional na categoria “Parque”, o Estado impôs um regime jurídico que proíbe a presença humana residente, a coleta de recursos naturais e as práticas extrativistas, restringindo o acesso às áreas de mata onde se encontravam diversas ervas medicinais fundamentais aos cuidados infantis. Esse processo produz o que Haesbaert (2004) conceitua como *desterritorialização*, não apenas como perda espacial, mas como a ruptura das relações simbólicas, materiais e socioculturais que sustentam a vida comunitária. Desse modo, mais do que “políticas de conservação ambiental” em sentido amplo, trata-se de uma forma específica de criação de unidades de proteção integral que ignora os usos ancestrais do território e provoca apagamento de saberes, interrupção de práticas educativas tradicionais e fragilização da autonomia comunitária.

4 Considerações finais

As memórias de cuidado compartilhadas pelas mulheres do Quilombo João Surá revelam não apenas práticas de cura e proteção das infâncias, mas modos próprios de existência profundamente enraizados no território e na ancestralidade. O uso das ervas medicinais, os rituais de benzimento, os cantos e narrativas que atravessam gerações constituem um sistema de saberes que resiste ao apagamento histórico e epistemológico promovido pelo racismo ambiental e pelas estruturas coloniais ainda presentes nas políticas públicas.

A escuta das anciãs possibilitou reconhecer que a infância quilombola não é dissociada da coletividade, da espiritualidade e da natureza. Ao contrário, está entrelaçada a um projeto de vida que envolve reciprocidade, oralidade e pertencimento. As práticas de cuidado tradicional, nesse sentido, são atos políticos e pedagógicos que expressam a continuidade dos saberes quilombolas e sua capacidade de (re)existir frente às adversidades.

Os referenciais teóricos que embasaram este estudo – como os saberes insurgentes discutidos por Bispo dos Santos, a pedagogia libertadora de Paulo Freire, a educação comprometida com o território proposta por Caldart e Haesbaert, as epistemologias outras defendidas por Katherine Walsh e a Teoria da Complexidade de Edgar Morin – contribuíram para compreender que não se trata apenas de recuperar práticas do passado, mas de valorizar formas vivas e atuais de produzir conhecimento a partir da experiência comunitária.

Assim, reafirma-se a importância de uma educação comprometida com o reconhecimento das infâncias quilombolas em sua pluralidade, com políticas públicas que respeitem e fortaleçam os saberes ancestrais, e com a criação de espaços de escuta e diálogo intercultural. Ao dar voz às narrativas de cuidado contadas pelas mulheres do Quilombo João Surá, este trabalho buscou contribuir para a visibilidade das epistemologias negras rurais e reafirmar que as infâncias quilombolas são centrais na luta pela justiça ambiental, pelo direito ao território e pela preservação da memória coletiva.

Referências

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **Colonialismo, quilombos: modos e significados**. São Paulo: Oralituras, 2015.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO BRASIL. **Comunidade Quilombola de João Surá**. Série Paraná, Fascículo 02, 2009.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

WALSH, Catherine. Interculturalidade, descolonização do Estado e do conhecimento. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula G. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 17–49.